

## Desafios e potencialidades para a implantação do turismo cooperativo como ferramenta de viabilização das RPPNs de Ilhéus (BA, Brasil)

**Maria Conceição de Moraes Santos\***  
**Suzana Machado Pádua\*\***

Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (Brasil)

**Zysman Neiman\*\*\***

Universidade Federal de São Paulo (Brasil)

---

**Resumo:** As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) do Município de Ilhéus (BA, Brasil) exercem forte atratividade, mas, em sua maioria, ainda não possuem a infraestrutura para atender aos turistas. Por não serem economicamente apoiadas pelo poder público, procuram buscar no turismo o instrumento para alcançar a sua viabilidade econômica. Neste estudo foi feita uma pesquisa com alguns proprietários de RPPNs e diretores de instituições do segmento turístico, com o objetivo de se ter um breve diagnóstico das dificuldades e potenciais para que o turismo se torne uma opção. Defende-se aqui a viabilidade de uma parceria fundamentada na cultura da cooperação entre RPPNs, órgãos públicos, cooperativas e instituições financeiras, que podem contribuir para a sustentabilidade econômica da atividade turística em Ilhéus.

**Palavras Chaves:** Reservas Particulares, Turismo Sustentável, Cooperativas, Ilhéus, Bahia.

---

### **Challenges and opportunities for the implementation of tourism cooperative as a tool for viability of RPPNs in Ilhéus (BA, Brazil)**

**Abstract:** The Private Reserves of the Natural Heritage (RPPNs) of Ilheus Municipality (BA, Brazil) exert a strong attractiveness, though in their majority they do not have the infrastructure to receive tourists. Because there is no economic support from government agencies they need and wish to seek in tourism their economic viability. This study comprises a research with RPPN owners and directors of institutions that are linked to tourism, with the aim of briefly assessing the difficulties and potentials that occur, so that tourism can become a regional option. We defend the importance of partnerships based on a culture of cooperation among RPPNs, public sector, cooperatives and financial institutions, enhancing the economic sustainability of the regional tourism trade.

**Keywords:** Private Reserves, Sustainable Tourism, Cooperatives, Ilhéus, Bahia.

---

---

\* E-mail: maryacmorais@hotmail.com

\*\* E-mail: suzana@ipe.org.br

\*\*\* E-mail:zneiman@gmail.com

## 1. Introdução

As Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) são áreas de conservação em propriedades privadas, para as quais existe uma legislação federal específica. A intenção dessa legislação é a criação de uma rede particular de Unidades de Conservação (UCs), onde o proprietário, por sua livre vontade, registra pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) parte de sua propriedade como reserva natural. As RPPNs têm grande importância para a conservação do país, pois este papel dificilmente seria alcançado apenas pela iniciativa pública (Morsello, 2001: 194).

Dentre os motivos que têm levado os proprietários rurais a criarem as RPPNs pode-se citar: a) garantia da conservação do patrimônio natural (por mais de 3 gerações na família, em alguns casos); b) possibilidade de apoio dos órgãos ambientais, governamentais e não governamentais em pesquisas; c) aporte logístico; e, d) garantia da manutenção de seu patrimônio frente às pressões sociais por distribuição de terras (Pellin, 2010).

A isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) para áreas destinadas a RPPNs é o único benefício concreto oferecido pelo governo aos proprietários das terras (Mesquita, 2004), sendo, portanto, insignificante perante os custos com a manutenção e a preservação dessas áreas.

A realidade indica inúmeras dificuldades para a manutenção das RPPNs e os proprietários das terras, importantes aliados do poder público na promoção do desenvolvimento local (Costa-Alves; Guimarães, 2009), buscam alternativas para a sustentabilidade de suas Reservas. Uma delas é o turismo, o qual também não tem apresentado os resultados esperados por uma série de razões, dentre as quais a falta de estrutura física, o difícil acesso e a baixa qualidade do receptivo turístico, uma vez que as empresas que operam o turismo no município não apresentam as condições específicas para o ecoturismo.

Mesquita (1999 *apud* Santos, 2005) analisou as reservas particulares da América Latina e percebeu que o Ecoturismo é a principal fonte de recursos para sua manutenção. De acordo com o autor, cerca de 60% das reservas estão adaptadas para receber turistas. Entretanto, ainda é incipiente a participação dessas reservas no desenvolvimento local do turismo. Falta uma relação mais forte entre os proprietários das reservas e o setor turístico. De acordo com Schvarsten (2003 *apud* Costa-Alves; Guimarães, 2009), é importante a colaboração dos atores locais e o estabelecimento dessa relação entre empresários, poder

público e a comunidade onde as reservas estão inseridas para fortalecer o processo.

O sul do Estado da Bahia tem um grande poder de atração à visitação turística, principalmente por estar inserido no bioma Mata Atlântica, possuir imensas praias, belezas naturais e rica cultura material e imaterial. A Bahiatursa – o órgão oficial de turismo do Estado – denomina esta região como Costa do Cacau, uma das treze Zonas Turísticas (ZTs) do Estado da Bahia, e que é composta por oito municípios definidos como turísticos (Canavieiras, Una, Ilhéus, Itacaré, Uruçuca, Itabuna, Santa Luzia e Pau Brasil), tendo Ilhéus como destino-âncora.

Este município possui cerca de 200 quilômetros de litoral, com paisagens que abrigam o cenário de três importantes ciclos históricos do Brasil: pau-brasil; cana-de-açúcar; e, principalmente, cacau, que deu nome à Zona Turística. Há também uma rica memória historiográfica, explorada e estigmatizada pela paradisiaca imagem construída pela literatura de Jorge Amado, ilustre ex-morador local.

Um estudo elaborado em 2009 pelo Marketat (Centro de Pesquisa e Projetos em Marketing e Estratégia) aponta que a história desta Zona Turística é marcada por duas fases distintas. A primeira fase aborda o período econômico da cacauicultura que antecede a atividade turística em seu sentido econômico (Guerreiro de Freitas; Paraíso, 2001 *apud* Pinto, 2008). A segunda fase caracteriza a região, de poucos anos para cá, como em desenvolvimento da atividade turística, pois parte de suas riquezas naturais permaneceram parcialmente preservadas por conta da forma como se procedeu a cacauicultura – chamada de Cabruca –, cujo manejo de produção acontece dentro da mata sob a sombra das árvores, que, por conta desse tipo de manejo não são derrubadas.

De acordo com dados da Fundação de Pesquisas Econômicas (FIPE), em 2011, a região recebeu 6,2% do fluxo de turistas domésticos e 5,6% do internacional, situando-se em 3º lugar no Estado. Isso significa 56,6% do turismo interno baiano neste período.

Segundo Magalhães (2006), em Ilhéus existe falta de planejamento do setor turístico, o que impossibilitou o desenvolvimento da infraestrutura nos últimos anos, principalmente para o chamado turismo sustentável, que se define por organizar a visitação aos ambientes naturais, usando os critérios de conservação e respeitando-se as características socioambientais regionais.

De acordo com Mendonça e Neiman (2005), o turismo em áreas naturais envolve parte da cadeia produtiva do ecoturismo, proporcionando

estratégias melhores para a conservação da biodiversidade, desde que os espaços equipados para atender ao turista causem o mínimo de impacto possível.

Este artigo investiga a possibilidade de se firmar uma parceria entre os atores (Cooperativas, RPPNs, instituições financeiras e de capacitação) que têm projetos para o ecoturismo e o turismo responsável e sustentável no município de Ilhéus (BA), uma região de Mata Atlântica, com considerável área de floresta ainda conservada e um rico contexto histórico, como forma de fortalecer o turismo cooperativo.

## 2. Cooperativismo: histórico no mundo, no Brasil, e em Ilhéus

De acordo com Klaes (2005), o cooperativismo tem acompanhado a evolução desde o princípio da sociedade humana. De acordo com Pardini (2012), o cooperativismo nasceu quando os princípios da cooperação passaram a ser aplicados no mundo dos negócios. A primeira cooperativa de consumo que se tem conhecimento foi criada em 1769 na Escócia. Sessenta anos depois, já havia centenas de cooperativas na Inglaterra.

Conforme os dados da Gerência de Comunicação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Espírito Santo (SESCOOP/ES)<sup>1</sup>, o cooperativismo, em 2007, já estava presente em mais de 100 países e somava um bilhão de cooperados em todo o mundo, sendo responsável por mais de 100 milhões de postos de trabalho nos 13 ramos que compõem o sistema cooperativista.

Segundo Soares e Sobrinho (2007), por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, as cooperativas são importantes para o desenvolvimento local de forma sustentável, especialmente no que diz respeito à formação de poupança e financiamento de iniciativas empresariais, que trazem benefícios evidentes na geração de empregos e distribuição de renda. Para Cañado (2007), as cooperativas promovem ações estruturantes e não assistencialistas quando passam a olhar para fora da organização, em um sentido de corresponsabilidade com o espaço em que estão inseridas.

A primeira cooperativa de consumo na área urbana no Brasil foi criada em Ouro Preto (MG), no ano de 1889: a “Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto”. O cooperativismo ganhou força a partir de então e chegou a Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul. Ainda assim, mesmo com todo o histórico, o modelo cooperativo brasileiro é pouco expressivo quando comparado a maioria dos países do mundo, incluindo cerca de 4% de toda a população economicamente viável, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2011).

Para Ninaut e Matos (2008), as cooperativas proporcionam inúmeras vantagens aos municípios, uma vez que trazem investimentos internos e externos, geram capacitação técnica dos residentes locais, impulsionando a criação de novas cooperativas, o que aumenta o fluxo do comércio regional, propiciando emprego e renda à comunidade. Melhora, desta forma, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que são os indicadores mais adequados para avaliar as condições dos núcleos sociais da região. A tabela 1 demonstra como as cooperativas podem fazer diferença à região ao influir diretamente na mudança para melhorar o IDH do local em que estão presentes.

Ilhéus tem um histórico antigo de cooperativas de agronegócio e de crédito, desde quando surgiram as primeiras empresas, na época em que a região tinha o cacau como sua maior economia. Atualmente, a região conta com 27 cadastradas, segundo dados de 2011 da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB)<sup>2</sup>, dentre estas, algumas cooperativas já consolidadas como a Unimed (médicos), a Coopec (crédito), a Cabruca (agronegócios), Coofasulba (agricultura familiar), Cooperbom Turismo (turismo e lazer), Cooperturi (transporte turístico), Uniodonto (dentistas) e outras em desenvolvimento.

O Município conta ainda com um curso de especialização em Economia das Sociedades Cooperativas na Universidade Estadual Santa Cruz (UESC). Considerando que o número de cooperativas existentes no município já aponta positivamente para o seu crescimento, o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB) vem trabalhando intensamente

**Tabela 1. Relação entre IDH-M e Presença de Cooperativas**

IDH Municípios	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Sem cooperativas	0,727	0,600	0,647	0,730	0,763	<b>0,666</b>
Com cooperativas	0,757	0,633	0,694	0,760	0,789	<b>0,701</b>

Fonte: OCB/CE e IDH-M – Média por Região.

para o fomento do Sistema Cooperativo Baiano local.

### 3. Turismo cooperativo e a conservação e a sustentabilidade econômica nas RPPNs

No Brasil, o turismo cooperativo teve seus padrões básicos de atividade desenvolvidos no Congresso do Rio Cooperativo 2000, realizado no Rio de Janeiro, após um estudo conjunto da Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Cooperativismo do Brasil (ABRACOOP) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Aliado à dinâmica vocacional para o turismo dos municípios, o turismo cooperativo potencializa o setor turístico, observando-se os aspectos culturais, históricos, religiosos, ambientais, místicos e esportivos. Esta atividade pode proporcionar emprego e renda não somente aos integrantes das cooperativas existentes, como também criando mecanismos de elevar o recolhimento de impostos nos municípios, por meio da criação de empresas indiretamente envolvidas no processo. No entanto, deve ter sua existência e trabalho facilitado por uma cooperativa que tenha como base de atuação operacional os serviços típicos de uma agência de turismo, devidamente cadastrada nos órgãos competentes como: Abav, Embratur, OCB e outros.

Um exemplo exitoso encontra-se no Estado do Paraná com a Cooperativa Paranaense de Turismo (COOPTUR), que tem como associados profissionais de diversas atividades econômicas, tais como: donos de hotéis e pousadas, museus, restaurantes, fazendeiros, proprietários de RPPNs, dentre outras importantes atrações turísticas da região oferecendo pacotes turísticos de seus cooperados de acordo com a demanda de cada cliente. A primeira cooperativa de empreendedores de turismo do Brasil, seguiu os conceitos do Código Mundial de Ética no Turismo, considerado uma referência para o desenvolvimento sustentável, levando em conta os 7 (sete) princípios universais do cooperativismo e a Carta de Princípios do Turismo Rural Cooperativo (OLIVEIRA 2002). Opera atualmente em dez municípios do Paraná, e seus cooperados trabalham em conjunto em um turismo sustentável e de qualidade, gerador de emprego e renda para a região.

Considerando os resultados já obtidos com o turismo cooperativo no sul do Brasil, de acordo com Mielke e Torres (2005), o diferencial do modelo cooperativista encontra-se justamente na forma como os fatores (comunidades locais, trade turístico, instituições de representação

local, ONGs, sindicatos e associações, poder público estadual e a cooperativa de turismo) são envolvidos no processo de desenvolvimento turístico de um destino e nas relações estabelecidas entre eles.

Outro caso de sucesso que pode ser citado e que vem do exterior é o da Cooprena R. L – Consorcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional da Costa Rica. Criada há 17 anos, é um consórcio que agrega cooperativas, organizações da economia social e uma agência de viagens (*Symbiosis Cooprena Tour*), a qual comercializa os produtos de todos os associados, define roteiros, pacotes turísticos e *city tours*. É reconhecida como modelo em sustentabilidade, fazendo do turismo um ativador econômico nos locais onde está inserida.

Voltando ao cenário brasileiro, um exemplo potencial – a despeito de toda a dificuldade criada pela pouca cultura da cooperação local – pode ser visto pela existência atual de uma cooperativa de turismo em Ilhéus: a Cooperbom Turismo. Criada em 14 de novembro de 2007, por cidadãos comuns de todas as áreas de atuação, foi capitaneada por alguns oficiais das Forças Armadas, preocupados com a sustentabilidade do turismo da região. A Cooperbom Turismo vem agregando valor social e ambiental aos produtos turísticos que oferece, socializando seu lucro com a comunidade onde está inserida. Oferece descontos aos associados e clientes e ainda contribui por meio da doação de um percentual de 10% sobre suas “sobras”, para um “Fundo Verde”, exatamente criado para os projetos socioambientais.

As condições atuais de organização, capacitação de profissionais e outros atores sociais, ausência de políticas públicas e fontes de financiamento, no entanto, têm impedido ou dificultado a implantação do turismo cooperativo nas RPPNs em Ilhéus. Em parceria com os órgãos públicos e com o suporte de instituições financeiras, existe o potencial do sistema cooperativista se tornar um modelo equilibrado de sustentabilidade econômica para os proprietários dessas RPPNs e as comunidades que compõem esse cenário.

### 4. As RPPNs no Município de Ilhéus

De acordo com o Cadastro Nacional de RPPNs (CNRPPN), existem quatro unidades dessa modalidade em gestão no Município de Ilhéus (Tabela 2), apresentando alto índice de endemismo e rica biodiversidade. Há, ainda, outras oito RPPNs em processo de criação no

**Tabela 2. Reservas em Gestão no Município de Ilhéus-Bahia.**

RPPN	ÁREA/ha	Município	UF	Proprietário
Reserva São João	25	Ilhéus	BA	Regina H. R. S. Pessoa
RPPN Arte Verde	10	Ilhéus	BA	Roberto Aguiar
Salto Apepiquei	118	Ilhéus	BA	Gustavo Nora
RPPN Mãe da Mata	13	Ilhéus	BA	Ronaldo Santana

Fonte: CNRPPN (Cadastro Nacional de RPPN's – adaptado pelos autores).

município. Neste artigo abordaremos apenas as 4 já consolidadas.

#### 4.1. RPPN Fazenda São João

Criada pela portaria 022/97 em 31/03/1997, a RPPN Fazenda São João possui 25 hectares. Pertence atualmente ao Sr. Amílcar Benetti, engenheiro agrônomo, que comprou a área em 1998, mas reside em Brasília. Quando adquiriu a fazenda em 1995, da bióloga Regina Helena Santos Pessoa, a Reserva já havia sido criada com a intenção de proteger a “matinha” existente. De acordo com Lins (2005), com a venda da propriedade ao Sr. Amílcar, a Reserva passou a fazer parte da fazenda Águas Claras, rebatizada por ele. Sua propriedade hoje tem 79,1 hectares e está localizada na zona da Sapucaieira, em Olivença, distrito de Ilhéus, a cerca de 30 km da cidade.

#### 4.2. RPPN Arte Verde

A RPPN Arte Verde (futura Dias Melhores), criada sob a portaria do IBAMA 114/98 em 17/08/98, tem 10 hectares (8 hectares de mata secundária em estágio avançado de regeneração e 2 hectares de cacau, coco, árvores de frutas tropicais, mandioca, abacaxi e outras espécies), com sinais de ocorrência de animais silvestres de pequeno porte (LINS, 2005). Faz parte da fazenda Arte Verde, com 25 hectares, e pertence ao consultor em gestão empresarial, Sr. Roberto Aguiari e à empresária Mari Garros. Desenvolve vários projetos de educação ambiental, dentre os quais: passeio monitorado e interativo à trilha Via Camoropins e Santuário do Guiamun *Cardisoma guanhummi*: sensibilização interativa e biopsicologia interativa para adultos e grupos específicos. A Reserva possui uma trilha ecológica interativa, com cerca de 600 metros de extensão, e mais de 100 espécies arbóreas catalogadas e identificadas. Abriga nascente de água, represas para pesca artesanal e piscina natural para banho, área para camping científico, ecológico e recreativo, e tem visão pano-

râmica de 180° de Ilhéus. Conta com passarela didática no manguezal, mirante para observação de pássaros e viveiro de produção de mudas de espécies nativas (Lins, 2005).

#### 4.3. RPPN Salto Apepique

Situada a nordeste do Município de Ilhéus, a Reserva foi criada sob a Portaria 103/97 em 12/09/1997 (Santos, 2005). Localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoa Encantada e Rio Almada (um dos principais rios do município e que tem sua nascente na área da Reserva), a RPPN é parte do Corredor Central da Mata Atlântica. Possui uma área de 118 hectares e está localizada na Fazenda São Paulo com 420 hectares, a cerca de 30 km do município de Ilhéus. De acordo com Lins (2005, p.63), 360 hectares da fazenda foram divididos entre os três herdeiros do proprietário antigo, Sr. Emanuel (*in memorium*), e o restante, onde tem a RPPN, ficou unificado à fazenda com seus atuais 420 hectares. Atualmente, a Reserva pertence aos Srs. Gustavo Henrique Martins Nora (médico), Paulo Emanuel Martins de Nora (médico) e à Sra. Regina Lúcia Bettencourt de Nora Garcia (profissão não identificada). De acordo com Lins (2005: 64), o laudo técnico do IBAMA, em 1996, apontava para “90 hectares de uma cobertura de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração da Mata Atlântica em bom Estado de conservação e 28 hectares cobertos por cabruca com alto nível de infestação de ‘vassoura de bruxa’”. O resultado dessa mata secundária em regeneração é a presença considerável de flora e fauna diversas. Segundo dados levantados por Santos (2008), a RPPN tem uma ótima estrutura para o receptivo e atendimento ao turista, onde os visitantes buscam, principalmente, recreação (29,6%) e os aspectos naturais (91,4%) da Reserva.

#### 4.4. RPPN Mãe da Mata

Criada sob a Portaria 32/04 aprovada em 04/03/2004, situada nas terras do Engenho de

Sant'Anna, faz parte da Fazenda Colinas de Odé, com 67 hectares. A RPPN Mãe da Mata é um importante sítio histórico do Brasil. Suas terras foram doadas a Mem de Sá, Terceiro Governador Geral do Brasil, em 1537, pelo Donatário da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, Jorge Figueiredo Correia. Localizando-se no km 07 da estrada que liga Banco da Vitória a Maria Jape, no Distrito de Japu, a 15 km do centro de Ilhéus. Com 13 hectares, a Reserva, com sua rica biodiversidade, é um local ideal para aulas *in loco*. Segundo o Sr. Ronaldo Santana, sociólogo, proprietário da fazenda desde 1973, a RPPN proporciona aulas de Educação Ambiental, História do Brasil, Ecologia, Hidrologia, Geografia, Agronomia, Biologia, Farmacobotânica, Botânica, Zoologia, Desenvolvimento Ambiental, Saúde Ambiental, Turismo Ecológico, reflexão, relaxamento, meditação e descanso. Possui, ainda, agricultura orgânica certificada e variada, onde os visitantes têm a oportunidade de conhecer o cultivo de cacau, cupuaçu, pupunha, açaí, banana, entre outros, em sistemas agroflorestais, além de uma indústria de álcool biocombustível. A fauna de animais terrestres e aves é preservada e muito diversificada, com algumas espécies em extinção sendo estudadas por universidades brasileiras. A flora, com matas primárias e árvores centenárias, é também preservada e diversa, com espécies na lista de extinção, algumas sendo estudadas por pesquisadores de renome em convênio com a UESC/CEPLAC e Jardim Botânico de Nova York, EUA.

## 5. Metodologia

Esta pesquisa pode ser enquadrada como um estudo de caso, objetivando verificar a rede de potenciais parceiros para a implantação do Ecoturismo em Ilhéus (BA). Optou-se pelo estudo de caso, pois o interesse era observar a ocorrência do fenômeno no campo social e não discuti-lo apenas do ponto de vista da teoria. O enfoque aqui é a construção da pesquisa com base em uma realidade delimitada, conforme sugere Gil (2004).

O problema formulado, e que orientou tanto o levantamento bibliográfico quanto as entrevistas semiestruturadas, foi: há um cenário favorável para a implantação de uma rede de parceiros que viabilize o trabalho cooperativo com o Ecoturismo e que seja vantajoso para o manejo das RPPNs da região de Ilhéus (BA)?

Os dados foram inicialmente coletados de fontes secundárias, através de levantamento bibliográfico sobre o assunto.

Fontes primárias incluíram visitação às Reservas e às demais instituições, com aplicação de entrevistas semiestruturadas *in loco*, para os seguintes atores: os proprietários de 2 (duas) das 4 (quatro) RPPNs em gestão no município: Arte Verde e Mãe da Mata; o gestor do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE); o gestor da carteira de desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); o presidente da cooperativa de turismo local (Cooperbom); o Secretário de Meio Ambiente do município; e, o Secretário Executivo do Instituto Cabruca, uma ONG que atua na região. Todos esses atores estavam envolvidos no processo de melhoria do turismo local, no período de março a novembro de 2012.

Além dos representantes das RPPNs já apresentadas, optou-se pelos demais atores por diferentes motivos: 1) o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) apoia o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que consiste em propiciar crédito para o setor público (Estados e Municípios), concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas; 2) o Instituto Cabruca desenvolve um projeto turístico no qual firmou parceria com a empresa aérea TAM e com a Cooperbom Turismo para a criação de um roteiro turístico chamado Caminhos do Engenho de Santana; 3) o Serviço de Atendimento à Pequena e Média Empresa (SEBRAE) dá apoio às pequenas e micro empresas do segmento do turismo na região; 4) a Secretaria do Meio Ambiente de Ilhéus é o órgão municipal regulador do segmento e pode contribuir para a viabilização de atividades turísticas nas RPPNs.

Para a elaboração dos tópicos abordados nas entrevistas, foi considerado o levantamento da oferta turística, a demanda das RPPNs, e a verificação de programas governamentais para o fomento do turismo em nível local.

As entrevistas padronizadas eram abertas, pois, segundo Richardson (1985), assim se pode identificar melhor a problemática estudada. As perguntas resumiram-se às ações desenvolvidas, as dificuldades econômicas encontradas e a uma possível cooperação entre os atores regionais. Foram feitas as mesmas perguntas para todos, adaptadas apenas quanto ao enfoque de acordo com cada instituição ou categoria de entrevistados.

## 6. Resultados

Para compreender a potencialidade da construção de uma rede de parceiros que viabilizem o turismo cooperativo nas RPPNs de Ilhéus, tentamos promover um “diálogo” entre os depoimentos dos atores entrevistados, dividindo suas opiniões em “potencialidades” e “dificuldades”. A seguir estão alguns destaques das respostas aos questionários por cada entrevistado.

### 6.1. Potencialidades

As respostas advindas do representante do Banco do Nordeste demonstram que a instituição financeira se mostra disposta, não somente ao financiamento de projetos voltados às Reservas, como também às associações e cooperativas ligadas ao turismo, como a de agricultura familiar, agências de turismo, artesões e de artesanato, o que possibilita mais um caminho a ser abraçado pela integração do segmento. Para o setor privado, o Banco disponibiliza várias linhas de crédito.

Segundo o representante:

“Uma das oportunidades mais viáveis para a região Nordeste é o turismo, pelo fato de apresentar recursos cênicos e culturais significativos, além de mão-de-obra em abundância, e com custos relativamente baixos. Com isso, para financiar atividades nestas quatro áreas, o BNDES inaugurou em 1994 o Programa Nordeste Competitivo (PNC). [...] Após negociações envolvendo a extinta SUDENE, o Banco do Nordeste (BNB), o BID, o então Ministério dos Esportes e Turismo e os Estados do Nordeste, foi criado o PRODETUR/NE, cuja primeira fase foi iniciada ainda em 1994. [...] Atualmente, [...] o Ministério do Turismo (MTur) participa do Programa por meio do aporte da maior parte da contrapartida local, bem como compõe o Grupo de Trabalho, juntamente com o BNB, para a análise dos planos turísticos e projetos por ele apoiados.”

Tendo em vista o investimento aplicado no turismo, a gestora regional do Serviço de Atendimento à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), afirmou que eles têm o objetivo consagrado das parcerias com outras Instituições do segmento, ficando evidente também poderiam contribuir para o desenvolvimento da atividade:

“[...] a entidade desenvolve uma política de fomento ao turismo regional em parceria com outras instituições com vistas ao fortalecimento e competitividade do setor turístico

através do programa Progredir, parceirizado com a sede SECTI/BID, apoiando todas as atividades que estejam focadas em ações contempladas no mapa de competência da instituição”.

De maneira um pouco mais objetiva, e focada na realidade local, o representante do Instituto Cabruca, durante a entrevista, afirmou que há vantagens em se trabalhar com a Cooperativa local ao invés de uma agência de viagens estabelecida, por conta do envolvimento de muitos segmentos sociais, como forma de fomentar o turismo, divulgar e formatar um roteiro completo, que falta na região. Acredita que o Instituto Cabruca pode contribuir, pois possui

“perfil empreendedor, somos uma instituição comprometida com o desenvolvimento sustentável de base comunitária, apoiamos agricultores familiares, possuímos estrutura física e contrapartida (sede, carro, equipe técnica multidisciplinar, comunicação, assessoria de imprensa, etc.). [...] Cada instituição poderá apoiar com uma parte do programa de turismo local, fornecendo informações técnicas, apoiando com a estrutura institucional para o desenvolvimento das atividades, etc... [...] Nós poderemos fazer a divulgação do roteiro turístico no *site*, folder, mídia, TV, internet”.

Quando o questionário foi aplicado ao Instituto Cabruca, a instituição acabara de comprar um carro de tração nas quatro rodas com 12 lugares para realizar o atendimento aos turistas.

A gestora do SEBRAE destacou que, por meio do Projeto Progredir, o SEBRAE já vem atendendo a uma rede de RPPNs dentro do território representado por oito municípios chamado Costa do Cacau. Considera que esta iniciativa promete fazer a diferença nesse cenário através do trabalho constante com as Reservas, o que pode ser colocado à disposição do município de Ilhéus, a depender dos próprios proprietários das RPPNs e de sua disponibilidade de criar sinergias de serviços entre si e as instituições envolvidas nesse mercado. Ainda, segundo a gestora, embora o programa não seja específico para RPPNs, a instituição vem desenvolvendo trabalhos de capacitação e acesso ao mercado com a rede dessas Reservas do Sul da Bahia:

“...haja visto (*sic*) o potencial turístico que possui como vocação estas Reservas, e que precisam ser alavancadas o quanto antes como forma de solucionar o problema da maior permanência do turista na região,

como uma opção diferente daquela do turismo de sol e mar”.

De acordo com o Secretário de Meio Ambiente de Ilhéus, a Secretaria também

“...tem interesse em apoiar, o setor turístico e cooperativas em função do potencial das RPPNs para o desenvolvimento do ecoturismo com respectiva infraestrutura para a educação ambiental, importante vetor do turismo em áreas naturais, em parceria com a Secretaria de Turismo – SETUR, embora no momento atual esta parceria seja pontual e exista apenas em épocas de eventos”.

Quando questionado sobre a possibilidade do trabalho em rede com outros parceiros regionais, o representante da Cooperbom Turismo respondeu que

“não trabalha ainda, mas gostaria de ser a primeira a estar presente na iniciativa, tendo em vista nossos princípios voltados à cooperação. Vemos com muito interesse a questão, pois entendemos que se pode trabalhar com este objetivo, desde que se crie potencialidade de crescimento e, principalmente, oportunidades econômicas concretas e de interesses estruturais para que todos participem. [...] Nossa cooperativa já possui vários convênios com empresas e associações, onde pode ceder parte de sua comissão aos parceiros. O volume de serviços e oportunidades criadas compensa e muito o valor final adquirido por todos. [...] Entendemos que é necessário se criar uma rede de trabalho no turismo. [...] Ganharíamos, assim, maior oportunidade de crescimento estrutural e econômico, pois com a rede, com certeza, aumentaria o volume de serviços e atendimento ao cliente, sem esquecer o reconhecimento pelo diferencial do tipo de trabalho praticado.”

Sobre o eventual apoio das cooperativas locais, o recém-proprietário da Reserva Arte Verde é categórico: “*Não temos conhecimento de apoio de entidade alguma, nem mesmo do IBAMA, não temos conhecimento de cooperativas que prestem algum apoio*”. E a respeito de uma eventual integração entre os “RPPNistas” da região para criar um roteiro de visitação conjunto declarou:

“Eu acho viável, e vou além, acredito que toda a área turística deveria integrar-se para proporcionar experiências agradáveis aos turistas que vêm nos visitar. Estivemos recentemente na Costa Rica que serve de modelo de comunidade turística integrada, onde todos

indicam todos. Você está no Hotel ele indica a operadora de rapel, na companhia de rapel ele te indica a companhia de *rafting*, na companhia de *rafting* ele te indica um passeio na cidade ou um restaurante, e assim por diante, tudo para manter o turista feliz e bem atendido... Mas passa por uma mudança de cultura. Enquanto mantivermos esse comportamento egoísta de cada um tentar resolver o seu pedaço e, se possível roubar o cliente do outro, não vamos avançar. Eu já ouvi dono de hotel dizer: ‘eu trago o turista para ficar no meu hotel e quanto menos ele sair de lá, para mim, melhor...’. É essa a cultura que impera atualmente”.

O proprietário da Reserva Mãe da Mata revelou na entrevista que a mesma já possui infraestrutura e um trabalho de algum tempo com o turismo. Este proprietário é o único que faz parceria com os negócios de seus vizinhos, seja com o alambique de pinga famosa que está próximo, ou com o artesanato e a associação de agronegócio familiar.

Teve oportunidade de conhecer o sistema Costa-ricense de consórcio, que é incrementado pelo cooperativismo e se encantou com o que viu, e que lhe parecia impossível ser construído pela integração das pessoas e seus negócios. A Costa Rica também foi mencionada pelo proprietário da RPPN Arte Verde, foi a Costa Rica, onde:

“Vi essa integração [...] onde os turistas passam 7 a 8 dias visitando Reservas, com atividades diversas nas matas e nas fazendas. As atividades são o arborismo, as caminhadas, a observação de pássaros, a rica culinária, o artesanato diferenciado, a História e as histórias, os banhos de rio, de cachoeira, de bica, de véu de noiva, a degustação de deliciosas e variadas frutas, etc.”

Revelou, ainda que sua intenção ao criar a reserva era:

“...proteger a fantástica biodiversidade que ainda existe nessa minha propriedade e no entorno da mesma – desde a flora com árvores com mais de 500 anos, bem como aves e outros animais silvestres de pequeno e grande porte [...] As RPPNs dessa região têm sido um laboratório natural para professores, pesquisadores e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, além de locais de visitação para turistas em busca da natureza. Várias escolas do Brasil e da própria região já incluíram na grade curricular o passeio-aula onde os alunos podem viver experiências que



os levem a se tornarem transformadores do planeta”.

Ao tratar dos planos de implantação de parcerias, o representante da Cooperbom Turismo sentenciou que eles seriam benéficos:

“...pois um complementa o outro. O primeiro tem o produto e o segundo vende e utiliza-se dos produtos para venda a seus clientes. Nossa Cooperativa é a única do Estado da Bahia que trabalha como agência de turismo e uma das poucas do país. Na parceria com o *trade* turístico local temos sido a agência que planeja pacotes turísticos locais e regionais, bem como promove a captação de turistas e divulga a região a nível nacional e internacional, principalmente entre as cooperativas do mundo todo, não se pode esquecer que temos um potencial de mais de 1 bilhão de cooperativados pelo mundo. Temos, também, a particularidade de captar projetos voltados ao turismo, ao meio ambiente e à educação, que estejam relacionados com este segmento. [...] Contribuiríamos apoiando a criação do plano, a estratégia de trabalho, a implantação da rede, a criação dos roteiros, favorecendo a cultura da cooperação e o crescimento econômico, estimulando e apoiando a criação de associações e cooperativas de artesanato com a população e o trabalho local, promovendo a captação de projetos em todos os setores, estimulando a cultura da cooperação, promovendo a educação ambiental, patrocinando o *marketing* e a divulgação de nossa região a nível nacional e internacional, levando o turista para visitação, fomentando a criação de novos serviços e criando oportunidades de novas parcerias”.

Questionado sobre a possibilidade do Instituto Cabruca trabalhar em rede para o desenvolvimento do turismo sustentável, ou mesmo de um roteiro para as RPPNs da região, seu representante afirmou:

“Sim, estamos com encaminhamentos/projetos iniciais de apoio ao turismo sustentável em assentamentos rurais, comunidades quilombolas, tribos indígenas e RPPNs em nossa região. Entendemos que o fortalecimento desta estratégia contribuirá para o desenvolvimento da região, por meio da divulgação de novos roteiros turísticos”.

A depender da demanda, as cooperativas também estão integradas nesse trabalho de desenvolvimento do turismo regional. Isso abre portas para que elas possam ser apoiadas, ainda

que se saiba que possuem o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) como seu serviço de apoio segmentado.

## 6.2. Dificuldades

O recém-proprietário da Reserva Arte Verde, apesar de estar a poucos anos nesse segmento, trouxe respostas precisas sobre o diagnóstico que se obteve da região e a necessidade clara de um choque de cultura da cooperação no *trade* turístico local. Dá exemplos da visão de curto prazo existente, onde o lucro deve ser imediato, trazendo principalmente o mau hábito comercial de exploração nos preços com a consequente perda do cliente para um possível retorno. Destaca que essa prática acaba por fazer uma propaganda “boca a boca” negativa. Segundo ele, “*se por um lado se ganha mais três clientes com um trabalho de qualidade, por outro perde-se sete quando se vende uma má imagem de seu negócio*”.

Quando questionado sobre as formas como pretendia viabilizar economicamente a RPPN, respondeu:

“...imaginávamos sustentá-la com a renda do turismo e de alguma produção rural no entorno da área de Reserva. Atualmente a propriedade não é sustentável. Temos apenas alguma produção local, porém muito insipiente. Ainda pretendemos aumentar a produção local e iniciar as operações de turismo. Porém, as políticas locais voltadas ao turismo são muito frágeis e com foco bastante individualista, sem um pensamento em desenvolver a região como um todo. Ações isoladas são geradas para atender esse ou aquele setor e os setores competem entre si, ao invés de cooperar.”

Analisando-se os projetos e investimentos da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) durante o período desta pesquisa, essa dificuldade também transparece. A pasta parece distante do setor de turismo e das RPPNs, pois se mostra pouco interessada em repassar incentivos que possam ser proporcionados pelo ICMS Ecológico, por exemplo, que até o momento não foi demandado pelos proprietários de Reservas.

No entanto, sustentar uma Reserva, qualquer que seja seu tamanho, envolve um processo complexo de captação de recursos. O proprietário da RPPN Mãe da Mata reclama da falta de apoio do governo e, como os outros proprietários, não vê nenhuma vantagem econômica concreta quanto à lei de incentivo às RPPNs. Nota-se, em sua fala, o desestímulo trazido pela burocracia e o valor quase insignificante correspondente,

quando comparado às despesas necessárias para a manutenção das terras:

“Eu achava que teria um apoio dos órgãos oficiais – ICMBio e Ibama – de acordo com a legislação do SNUC, porém foi um engano. Temos uma relação pessoal boa, porém apoio oficial zero. Também as grandes ONGs, usam as RPPNs como vitrine, captam muitos recursos, porém quase nada chega até a ponta que somos nós. Vou dar um exemplo: O VIVA A MATA capitaneado pela SOS Mata Atlântica em parceria com a CI, TNC, NATURA, BRADESCO. É um evento realmente importante porque chama a atenção não só do Brasil, mas do mundo para a importância e preservação do fantástico bioma Mata Atlântica. Porém, para as RPPNs (apenas algumas) chega o mínimo – passagem, hospedagem e alimentação – para participar do evento mostrando seus trabalhos de educação e suas parcerias com as comunidades do entorno. Acho que deveriam dar mais ajuda à MATA VIVA, que somos nós no dia a dia enfrentando caçadores e traficantes de aves e outros animais, pagando Mateiros Guardas-Parque do próprio bolso, lutando para dar sustentabilidade às comunidades do entorno para tirar a pressão de cima da RPPN etc.”

Para o proprietário da RPPN Arte Verde, é daí que surge o turista de baixa qualidade ou de pouca economia que existe no cenário da região. Em sua opinião, fica estampada a inexistência de uma boa gestão entre os grupos que precisam do turismo para sua sobrevivência, prejudicados pela baixa cultura da cooperação que deve e precisa ser estimulada de forma mais eficiente possível.

Alega que não recebe nenhum tipo de incentivo além da isenção de ITR, que julga não ser significativo, pois sustenta apenas poucos encargos para manter a Reserva intacta. Sua propriedade possui trilhas pela mata, circuito de arborismo, tirolesa, lago para pesca, passeio de barco, caiaques e rapel, além de oferecer ao visitante a oportunidade da coleta de frutas e verduras locais e o contato com a natureza. Mesmo com esses atrativos, afirma:

“Não investimos ainda na operação turística propriamente dita, que nos exigiria contratação de mais um funcionário para cuidar da operação e também investimentos em publicidade etc. Fizemos um teste no final do ano passado, mas a procura foi muito baixa. O que percebemos é que com as políticas desastreadas que a região possui para o turismo

estamos atraindo um turismo de baixa qualidade, com baixo nível de renda, focado apenas nas necessidades básicas como comer, beber e ir à praia. Esse cenário não nos motivou muito ainda a investir na operação. Temos atividades na propriedade para 1, 2 ou 3 dias de entretenimento, com um excelente nível de satisfação para um turista que não seja de primeira viagem e que pretenda viver experiências diferentes em contato com a natureza”.

No entanto, as RPPNs ainda não trabalham em conjunto com a Cooperbom, uma das poucas agências de turismo cooperativo do país, que conta com 80 associados (advogados, médicos, engenheiros, militares, professores universitários, empresários, hoteleiros e estudantes). O trabalho dessa agência cooperativa foi publicado na revista da Organização Internacional do Turismo Social (OITS)<sup>3</sup>, com sede em Bruxelas (Bélgica) apoiada pela ONU em 2012 (Ano Internacional das Cooperativas), cujo objetivo era divulgar as organizações que praticam o turismo social.

De acordo com seu Diretor Presidente:

“[...] a Cooperbom Turismo nasceu com uma identidade social muito forte e encontra-se em desenvolvimento, evoluindo e incorporando conceitos de administração fundamentados na doutrina cooperativista para constituir-se numa moderna empresa de resultados, a exemplo das grandes cooperativas no Canadá, Estados Unidos e Europa. Estamos trabalhando diuturnamente para que alcancemos os objetivos propostos. O cooperativismo é a base fundamental para a sustentabilidade social. [...] Não é por acaso que as regiões onde existe o cooperativismo, o IDH é sempre mais elevado”.

Apesar de todo esse potencial, o proprietário da RPPN Mãe da Mata se queixa da falta de parceria com a Cooperativa de Turismo: “a COOPERBOM, está autorizada a contratar passeios, porém até o momento ainda não conseguiu operacionalizar nenhum passeio, não sei por que motivo”. E, manifestou que recebe apoio das instituições financiadoras: “há cinco anos tive um apoio da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica – SOS Mata Atlântica, CI e TNC e no momento estou tendo um apoio do Instituto Floresta Viva e do Instituto CABRUCÁ”.

Perguntado sobre seu relacionamento com os vizinhos, o proprietário disse ser “muito bom”, embora mantenha fiscalização constante porque ainda existem caçadores, traficantes de aves e cortadores de lenha para casas de farinha.

Segundo ele, houve até um princípio de união entre várias instituições para que se pudesse levar à frente um roteiro turístico desejado pelos turistas e proprietários, mas alguns participantes impuseram dificuldades para as empresas, ou acharam que levaria muito tempo para o projeto se consolidar.

Para finalizar, cabe ressaltar algumas dificuldades apontadas pelo representante da Cooperbom sobre as expectativas iniciais e o atual desempenho da Cooperativa no agendamento de visitação à RPPN, uma vez que, de acordo com seu ponto vista, os objetivos foram apenas parcialmente alcançados:

“...pois pensávamos que a adesão à iniciativa fosse ser mais fácil, pela própria dependência da região ao turismo e os benefícios que rapidamente poderiam ser criados com a união das pessoas e empresas voltadas ao setor. A baixa cultura da cooperação, as experiências fracassadas com algumas cooperativas locais, inclusive envolvendo os cacauicultores da região, impediram o rápido desenvolvimento da cooperativa. Por outro lado, ao modificarmos o foco da Cooperativa em relação aos seus primeiros anos, onde tínhamos uma visão voltada ao cooperativismo cultural/eventos – para o turismo, como agência cooperativa de turismo, foi que passamos a crescer... A falta da cultura cooperativista ainda é um ponto a ser trabalhado entre os atores envolvidos no turismo, inclusive a própria RPPN Mãe da Mata já foi beneficiada com visitação organizada pela Cooperativa, mas problemas envolvendo a logística do próprio local foram fatores que dificultaram o agendamento de novas visitações à reserva, além do mais, o proprietário já foi cooperado e deixou de sê-lo simplesmente por buscar soluções imediatistas e uma Cooperativa, como qualquer

outra empresa, requer um prazo significativo para proporcionar os benefícios desejados... Alguns atores não entendem que a solução não deve ser unilateral e não dão subsídio ou apoio para que o processo se viabilize ou possa ser agilizado, sem entender que a ação necessária pode não ser imediata, e depende, muitas vezes, de médio a longo prazo para se alcançar os objetivos desejados”.

### 7. Discussão e Considerações Finais

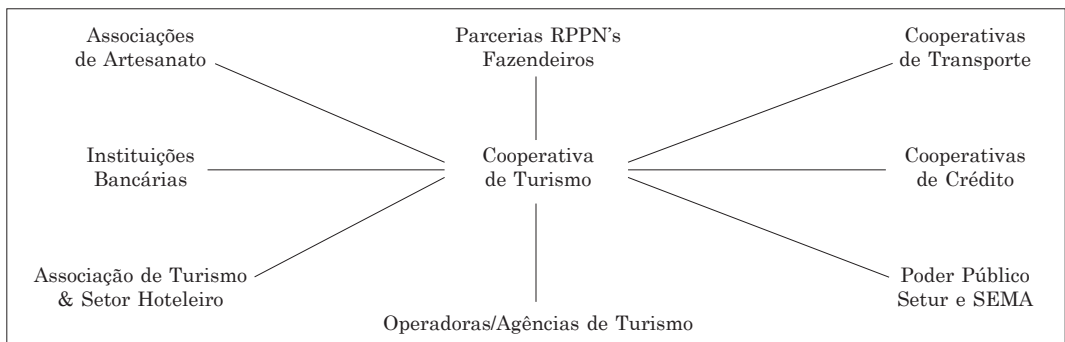
À primeira vista, a impressão que se tem é de que Ilhéus seria um local ideal para se promover um turismo baseado em cooperação e integração dos diferentes setores. No entanto, há uma complexidade relativo ao *trade* turístico que dificulta sua implementação, especialmente porque cada um parece pensar mais em si do que na região como um todo.

Uma somatória de fatores vem dificultando o desenvolvimento do turismo em Ilhéus: má gestão municipal; letargia da população em cobrar resultados do poder público; pouca cultura de cooperação no próprio *trade* turístico; e, falta de lideranças proativas na sociedade. O turismo local ainda se sustenta quase que somente por sua vocação natural de sol e mar, ou pelas histórias de Jorge Amado.

Nogueira *et al.* (2008), salientam que os diferentes produtos turísticos precisam ter uma atratividade considerável para que essas Reservas possam, através do turismo, ter sustentabilidade econômica e garantir a conservação da biodiversidade em um trabalho conjunto com a população do entorno.

Neste contexto, mesmo com os desafios elencados pelos diferentes atores envolvidos, o cooperativismo poderia funcionar, como propõe Klaes

**Figura 1. Modelo proposto da Rede de Parcerias integradas para a eficiência do turismo em RPPNs**



(2005), por ser um processo social, cuja interação das pessoas leva a fins comuns. A proposta é de se desenvolver um modelo de rede a ser gerida por uma Cooperativa de Turismo, no intuito de tê-la como instrumento de sinergia para estruturar e coordenar as instituições envolvidas nesse processo, o que pode fazer a diferença no desenvolvimento do turismo na região, ao integrar os principais atores locais (Figura 1).

Cientes de que este ainda é um cenário ideal, propomos que se houver um fluxo satisfatório de turistas com diferentes produtos ofertados nas Reservas, esta atividade poderá ser uma alternativa econômica muito importante, tanto para o proprietário, como para a comunidade local, além de se garantir não apenas os lucros mas também a conservação da biodiversidade. Com a concentração populacional em centros urbanos, a procura a locais naturais e belos pode ser uma tendência que cresça, como propôs Neiman (2012), quando descreve o ecoturismo como um caminho para se conquistar defensores das causas ambientais.

Uma cooperativa no centro desse processo traria agilidade, facilidade e flexibilidade para envolver a todos e realizar um trabalho multifacetário, tendo em conta os múltiplos serviços e atividades que pode desenvolver.

Ao se analisar todos os depoimentos dos representantes das instituições entrevistados, verifica-se a necessidade de uma mudança de estratégia nessa direção, e que até já chegou a ser ensaiada por alguns atores locais, mas ainda de forma pontual e oportunística. Uma motivação extra para o trabalho cooperativo parece depender de um agente ou instituição catalisadora. A Coorpebom Turismo poderia desempenhar esse papel, já que foi citada por todos os entrevistados como a organização com esse potencial.

No que tange às RPPNs, já há uma grande expectativa, segundo o proprietário da Mãe da Mata, em relação à parceria com as cooperativas, principalmente a de turismo. Segundo ele, as propostas que estão sendo desenhadas têm grande chance de dar certo, principalmente devido à participação de novos parceiros: *“Considerou-se o fluxo turístico, a demanda e oferta turística, assim como a nova disponibilidade dos parceiros em participarem do processo de viabilização dos programas de turismo para a sustentabilidade econômica das RPPNs e ela tem parecido animadora”*, conclui.

As entrevistas com os representantes da cooperativa Cooperbom Turismo e do Instituto Cabruca demonstraram uma forte preocupação com o desenvolvimento sustentável e o uso do

turismo como ferramenta para a viabilização econômica e de conscientização da população para a importância das questões ambientais, no que tange a conservação da Mata Atlântica remanescente. Para isso, elas apostam nas parcerias como alavancadoras desse processo, ainda que haja dificuldade em encontrar suporte financeiro e apoio do poder público local, além de mecanismos de integração dos diferentes atores relacionados com a questão turística.

Um dos objetivos deste estudo foi avaliar a importância da criação de uma rede local que possa tornar realidade um projeto integrado de eficiência e qualidade turística. A partir dos resultados obtidos conclui-se que o município apresenta um enorme potencial para desenvolver um turismo cooperativo com vistas à conservação da biodiversidade e sustentabilidade econômica das RPPNs.

Entretanto, faltam políticas públicas adequadas e parceiros engajados em promoverem o fortalecimento das Reservas. A criação de uma rede de cooperação entre os atores locais pode viabilizar o processo, gerando equilíbrio econômico para o município, partindo-se do pressuposto de que as ações conjuntas, como é o caso do turismo cooperativo, geram benefícios sociais, culturais e ambientais ao envolverem todos os atores, nesse caso nas atividades turísticas. Como sugerem Ninaut e Matos (2008), tais iniciativas trazem benefícios aos municípios e aumentam o IDH regional, ao proporcionar benefícios sociais e ambientais para diferentes segmentos da sociedade local. Sendo assim, poder-se-á criar a sinergia necessária a gerar os benefícios socioambientais desejados e potenciais soluções da tão desejada sustentabilidade das UCs.

A região de Ilhéus, porém, carece de recursos como um todo para o desenvolvimento do turismo responsável e sustentável, tanto por conta da falta de capacitação dos agentes receptivos e da população do entorno, quanto dos próprios “RPPNistas”. Mesmo que haja um curso universitário sobre temas afins na região, ainda são poucas as pessoas formadas e bem preparadas para assumirem papéis de liderança em processos complexos como este. Ainda há uma carência de conhecimento e capacitação para a adequação das propriedades com RPPNs, por exemplo, que exigem a criação e a manutenção de trilhas interpretativas, aquisição de equipamentos específicos e fornecimento de uma alimentação apropriada.

O turismo pode ser o melhor caminho para a solução dos problemas econômicos, que tanto preocupa os proprietários de Reservas, como mostram outras regiões citadas como exemplo

no Brasil e em outras partes do mundo. Todavia, para que isso aconteça com a menor brevidade possível e de maneira economicamente viável e proficiente em suas iniciativas, deverá haver a criação de uma rede de turismo cooperativo, principalmente pela necessidade de se propor soluções e alternativas que promovam um turismo de forma sustentável.

A operacionalização do atendimento turístico em rede por uma cooperativa com sede local pode proporcionar, ainda, a educação cooperativista de todos os atores envolvidos, (hospedagem, guias, transporte e serviços relacionados), imprescindível para o perfeito andamento do processo, facilitando o desenvolvimento econômico e o crescimento institucional do *marketing* da rede do turismo cooperativo. Vale salientar que a participação dos proprietários das RPPNs como cooperados é importante, mas não fundamental para a operacionalização da rede, pois essa deve ser uma situação natural e de livre arbítrio. Somente ao passar a utilizar os serviços da agência e ao participar da rede, o proprietário estará integrado ao processo, fazendo com que as oportunidades aconteçam pela união de esforços em comum, proporcionando o aumento no emprego e na renda da comunidade, promovendo a diminuição das diferenças sociais, com consequente elevação da qualidade de vida dos munícipes.

Para que as RPPNs possam alcançar a sustentabilidade econômica através do turismo, torna-se necessário um planejamento das atividades a serem implantadas, seguindo uma organização adequada ao padrão de cada Reserva, observando-se os impactos ambientais que advém ou possam derivar da visitação. Um plano estratégico de criação de oportunidades mútuas poderia propiciar o fortalecimento de um polo turístico regional de conhecimento nacional e mesmo internacional, no qual se pudesse gerar a sustentabilidade das respectivas Reservas participantes do processo.

Há que se criar uma “rede” com identidade própria, formada por grupos de estudo, ONGs, agências, pessoas preocupadas em experimentar situações inovadoras. Um bom exemplo de iniciativa vem do Instituto Cabruca, por ser uma instituição interessada em avançar com o processo de oferta turística, fortalecendo as parcerias já existentes. O Instituto adquiriu um carro específico para o transporte turístico e está desenvolvendo, juntamente com a Cooperbom Turismo e a RPPN Mãe da Mata, um projeto cuja proposta é o desenvolvimento sustentável da comunidade do Rio do Engenho, através do turismo rural e pedagógico, visando fortalecer as potencialidades locais.

Deve-se ter em conta que nos últimos dez anos, dado o crescimento das orientações e da cultura cooperativista levada a efeito, principalmente pelas gestões exitosas das cooperativas encabeçadas pelos ramos de crédito, agronegócios e de saúde no país, também se aumentou a fiscalização e a educação cooperativista, fortalecidos pela criação e crescimento substancial do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) nesse período.

Na área do turismo, tem-se uma boa referência, a já citada parceria entre a RPPN Ninho do Corvo (PR) com a Cooperativa Paranaense de Turismo (Cooptur), criada em 2004, reúne profissionais das mais diversas atividades econômicas, como donos de hotéis e pousadas, museus, restaurantes e de outras atrações turísticas, típicas da região. Esta ideia deve ser estudada mais profundamente para que as lições aprendidas possam ser ajustadas à realidade de Ilhéus.

A diferença entre a Cooptur no Paraná e a Cooperbom Turismo em Ilhéus é que a primeira tem como objetivo o turismo local, voltado somente para as empresas do *trade* de sua região. Não se trata de uma agência de viagem, mas uma organização como objetivo maior e com o esforço conjunto para trabalhar a venda de produtos que os próprios associados têm a oferecer na sua região. Já a Cooperbom Turismo, além de ter papel semelhante de apoiar seus cooperados voltados ao *trade* turístico, é uma agência de viagem legalmente constituída, possuindo não somente uma abrangência local, mas nacional e internacional. Vende seus produtos regionais, assim como atende a todos os interessados, associados – que possuem vantagens de descontos na compra – ou não associados – podendo disponibilizar todos os produtos turísticos oferecidos pelas principais operadoras no Brasil e exterior. Ou seja, a Cooperbom Turismo vende pacotes turísticos de todas as operadoras conveniadas nacionais e estrangeiras, dentre seus produtos estão passagens aéreas, cruzeiros e intercâmbios em mais de 130 países.

Essa maior abrangência de serviços lhe proporciona o diferencial de atendimento logístico que lhe credencia – pelo menos potencialmente – a ter núcleos em todas as cidades e capitais do país, inclusive no exterior, atendendo a escolas, universidades, empresas de qualquer área de atuação e, preferencialmente, as próprias associações e cooperativas nacionais que precisem de serviços nesse segmento.

Outro exemplo que pode ser citado é o da Cooprena R. L – Consorcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional da Costa Rica. Criada há 17 anos, é um consórcio que agremia cooperativas,

organizações da economia social e uma agência de viagens (*Simbiosis Cooprena Tour*), a qual comercializa os produtos de todos os associados e promove programas próprios ou consorciados. É reconhecida como modelo em sustentabilidade, fazendo do turismo um ativador econômico nos locais onde está inserida.

A conclusão que se chega é que existe um enorme potencial em Ilhéus para se desenvolver um programa integrado de turismo sustentável que beneficie comunidades, RPPNs e os diferentes setores da sociedade. Todavia, será necessário um empenho para que isso aconteça de forma eficaz e harmônica. Há a necessidade, de se fomentar a participação dos agentes e representantes dos diferentes segmentos, além das escolas e universidades, por exemplo, tendo na educação ambiental *in loco*, um pilar para promover a sinergia entre os atores sociais e os que podem contribuir para processos geradores do desenvolvimento sustentável das redes propostas.

Mesmo que a ideia de se criar uma cooperativa para o *trade* turístico que envolva diversos segmentos sociais para beneficiar as RPPNs de Ilhéus pareça ainda remota, seu potencial é inquestionável. Este estudo trouxe informações sobre as potencialidades e a realidade de Ilhéus que precisa ser trabalhada para que se chegue a um produto sólido e sustentável e que contribua de fato para a região como um todo. Implementar algo que faça a diferença regionalmente pode ser uma tarefa desafiante e que exige tempo e empenho, mas as fazem valer a pena investir tempo e recursos para sua concretização.

## Bibliografia

### BRASIL

Lei n. 5.764, de 16 de dez. 1971. “Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências”. Brasília, 16 de dez 1971.

CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G.

2009 *Incubação de Cooperativas Populares: Metodologia dos indicadores de desempenho*. 2ª ed. Palmas (TO): Futura.

COSTA-ALVES, A. L.; GUIMARÃES, G. A. M. C. 2009 “Turismo e agricultura no entorno das RPPN do Município de Casimiro de Abreu/RJ sob o enfoque da multifuncionalidade: relação em potencial para o desenvolvimento rural local”. *CULTUR – Revista de Cultura e Turismo*, n. 01, v. 03.

KLAES, L.S.

2005 “Cooperativismo e ensino à distância”. Florianópolis/SC. 2005. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA).

LINS, Alene da Silva

2005 “A decisão de preservar: um estudo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural na região cacauceira (sul da Bahia, Brasil)”. *Dissertação* (mestrado) apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 168p.

MAGALHÃES, J. H. A. F.

2006 “Cultura, turismo e desenvolvimento da cidade de Ilhéus – Bahia: uma análise da gestão de Jabes Ribeiro (1996-2004)”. Disponível em: <[http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao\\_joana\\_hage.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao_joana_hage.pdf)>. Acesso em 21 de novembro de 2012.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z.

2005 *Ecoturismo no Brasil*. Barueri, SP: Manole.

MORSELLO, C.

2006 *Áreas protegidas públicas e privadas*. São Paulo :Annablume.

NINAUT, E.S.; MATOS, M.A.

2008 “Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento”. *Informações Econômicas*, v38, n8, 1-13, ago 2008.

NOGUEIRA, J. M, IMBROISI, D, RIOS, R. M.

2008 “Ecoturismo e Conservação da Diversidade Biológica: Uma avaliação econômica de potenciais”. *Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Disponível em <http://purl.um.edu/108192>. Acesso em novembro 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB

2011 “Relatório da Gerência de Monitoramento”. *Panorama do Cooperativismo Brasileiro*. Março 2011.

PARDINI, F.

2012 “2012: Um ano para as cooperativas”, *Página 22*, Disponível em <http://pagina22.com.br/index.php/2012/01/um-ano-para-as-cooperativas/>. Acesso em 10/09/2012.

PELLIN, A.

2010 “Avaliação dos aspectos relacionados à criação e manejo de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil”. *Tese* (doutorado) apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, SP, 227 p.

PINTO, R.

2008 "Navegando à Deriva: Notas etnográficas sobre o turismo em Ilhéus-Bahia". *Revista Brasileira do Turismo*. V. 2, n° 4.

SANTOS, M. S.

2005 "Análise da Atividade Turística da Reserva do Patrimônio Particular Salto do Apepique, Ilhéus, Bahia". *Dissertação* de Mestrado, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA).

SOARES, M. M.; SOBRINHO, A. D. M.

2007 *Microfinanças: o papel do Brasil e a importância da cooperativa de crédito*. Brasília: BCB, 170 p.

## Notas

- <sup>1</sup> Disponível em [http://www.ocbes.coop.br/ocb/index.php?module=m\\_noticias&pag=inf\\_noticia&id\\_noticia=2189](http://www.ocbes.coop.br/ocb/index.php?module=m_noticias&pag=inf_noticia&id_noticia=2189), acessado em 09/03/2013. Disponível em <http://www.sicoo-bcoopemesp.com.br/novosite/menu/23>, acessado em 09/03/2013.
- <sup>2</sup> Disponível em <http://www.bahiacooperativo.coop.br/download/relatorio-de-gestao-2012.pdf>, acessado em 09/03/2013.
- <sup>3</sup> Disponível em: <http://www.bits-int.org/files/oits153.pdf>

*Recibido:* 19/03/2013  
*Reenviado:* 24/04/2013  
*Aceptado:* 13/06/2013  
*Sometido a evaluación por pares anónimos*